

PROCESSO EDUCATIVO: a praxis intencional e o resgate da cidadania

Profa. Dra. Ivanise Leite de MIRANDA*

Resumo: Os mais recentes paradigmas das ciências sociais apregoam a necessidade de uma aprendizagem permanente voltada ao despertar da capacidade analítica e crítica bem como ao resgate da cidadania. A base desta acepção são as transformações sócio-históricas que presenciamos. Deste modo, o trabalho educativo torna-se protagonista da edificação de uma sociedade mais igualitária e emancipadora. Esse um dos compromissos políticos de seus agentes através do exercício da praxis intencional. O artigo propõe que um dos caminhos capaz de superar praticamente a alienação da atividade humana é a própria atividade humana autoconsciente e objetivada ao longo do processo, visando a promoção dos valores contidos na genericidade.

Palavras-chave: Contemporaneidade, Consciência, Valores éticos, Praxis intencional, Tolerância.

Inicialmente gostaria de fazer duas observações prévias e imprescindíveis. A primeira, relativa à concepção de desenvolvimento do indivíduo que utilizo como referência, está centrada na concepção sócio-histórica da configuração

* Profa. Dra. do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Car

do psiquismo humano. A segunda é que adoto a perspectiva helleriana (1977), ao fazer distinção entre o ser em-si, entendido como o ser particular, singular que vive um cotidiano, particularmente alienado, que pode tornar-se indivíduo emancipado na medida em que se encontre em relação consciente consigo mesmo e com os valores éticos que expressem a essência humana para si.

Feitas essas observações, a reflexão epistemológica nos leva a considerar que a natureza das ciências sociais, enquanto práxis social, articula-se às dimensões filosófica, ética, estética e política da vida humana. Vida humana que hoje se caracteriza por um contexto de crise, levando-nos a uma busca, a uma inquietação, a uma indagação, que incidem na produção do conhecimento.

A situação é contraditória e paradoxal. O paradoxo é, de fato, aparente, mas está inscrito na realidade da nossa sociedade. O sentido dessa inquietação expressa-se na preocupação de muitos pesquisadores que tentam responder se a sociedade em que vivemos hoje está promovendo a emancipação humana ou a barbárie. Estaríamos vivendo uma realidade objetiva, que porta em si valores que expressam a modernidade ou pós-modernidade? Outros, ainda, indicam-na como o apocalipse ou neomodernidade.

O clima é de perplexidade e, de qualquer ângulo que se analise a crise, temos consciência desse momento histórico, assim como temos consciência de que todos nós experimentamos valores modernos, inspirados no Iluminismo, e pós-modernos, o que significa que somos contemporâneos de nós mesmos.

De todo modo, o paradigma teórico-metodológico centrado na abordagem sócio-histórica e na configuração do psiquismo calcada na realidade social, incita-nos a apontar alguns dados que se tornam a base para a redefinição de estratégias a serem adotadas por nós, educadores. O alerta que se coloca é que *"não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade, para que tipo de prática social o educador está formando indivíduos"* (Duarte, 1996, p.51). Nessa perspectiva, o trabalho educativo passa a fazer parte integrante e fundamental da história para transformá-la, e não para acomodá-la, deixando a miséria mais aceitável ao disseminar a ideologia da cooptação e adaptação. Afinal, a história humana é uma dimensão do homem enquanto ser objetivo que faz a história.

É preciso lembrar que, mesmo submetendo-nos à reificação cotidiana, sabemos que a alienação é uma necessidade histórica e que, portanto, está destinada a ser superada (*aufgehoben*) através do desenvolvimento histórico concreto da própria atividade consciente de seus agentes. Isto porque a transcendência da alienação por práticas educativas conscientes que forcem a auto-realização e desenvolvimento cada vez mais plenos do indivíduo social, força-no a mover na direção de sua própria superação. O valor instrumental estratégico dessa concepção é antecipar um modo de comportamento social genérico, através de rupturas sucessivas, a permearem todas as esferas heterogêneas que compõem a vida social cotidiana.

É um desafio a todos nós, mortais, ao perguntarmo-nos: como educar para o século XXI, se estamos vivendo um momento de transformações radicais em todos os setores da vida humana? Que futuro aguarda nossos jovens se vivemos uma contemporaneidade marcada por profundas barbáries?

É preciso, nesse contexto de desordenamento mundial – que, sem sombra de dúvida, afeta o comportamento e a subjetividade humana –, pensar o fazer educativo. A reificação da vida cotidiana requer a sua reconstituição ontológica pela via da conscientização dos valores éticos, contidos na genericidade. Nesse entender, está implícito o cotidiano profissional como mediação para o exercício da democracia, e a explicitação de valores éticos contributivos para o crescimento axiológico do ser social. Desse modo, o ato de pensar sobre conteúdos que permeiam a prática educativa significa pensar a construção da liberdade do homem.

As estruturas constitutivas do mundo contemporâneo revelam que novas necessidades estão surgindo, com base em várias revoluções: da micro-eletrônica, a começar pelo uso indiscriminado do computador que apregoa a cultura virtual do indivíduo com ele mesmo, deixando de lado as relações sociais. É bom lembrar que o indivíduo à margem das relações sociais não se firma em sua essência, isto porque ela é em *“realidade o conjunto das relações sociais”* Há, também, uma *“internet”* que interconecta redes e processos, sem falar da robotização nas fábricas, que substitui o trabalho humano com mais eficácia e produtividade, levando-nos ao desemprego, à fome, à miséria, ao mesmo tempo que dissimula a cultura do consumo; o avanço da microbiologia e engenharia genética levam-

nos ao acesso e manipulação de códigos genéticos antes inexplorados. O exemplo mais marcante desse avanço é o processo de clonagem que fez nascer “Dolly” a partir de uma única célula extraída de uma ovelha adulta. Assim, na realidade, vivemos a perspectiva real de sermos clonados no próximo milênio, já que o projeto Genoma completará o mapeamento de 100 mil genes no ano 2005¹ Também presenciamos o avanço da energia nuclear que nos faz adentrar um horizonte regido pela fissão e fusão de átomos, que, usados pela física quântica, eleva as ciências humanas ao estatuto de mapas astrológicos, a uma veneração pelo imaginário, pelo holístico que tudo explica e nada pode provar, porque significa uma questão de fé e não de ciência predizível, verificável.

Essas características provocam uma dissonância no conhecimento que pode nos levar à perda do senso autocrítico e à aventura de uma guerra de todos contra todos.

Estamos falando de uma contemporaneidade que ganha legitimidade social ao privilegiar a heterogenia e a heteronomia ética. Porque esse processo sócio-histórico está interligando fronteiras e tipos de práticas calcadas na *diferença* pelo domínio cultural, apresentando-nos comportamentos humanos flexíveis, instáveis, aleatórios porque plurais.²

Estamos falando de um mundo contemporâneo que o Estado, ao repensar-se em seus programas e suas atividades, restringe às boas intenções e às promessas, negando-se ao exercício do poder político e contradizendo-se entre a socialização da vida humana e os restritivos modos de incorporar as massas humanas em seu processo. Desse modo, a possibilidade efetiva da cidadania operar como legitimadora dessa ordem é atestada pelo corte de gastos públicos, especialmente nas áreas da educação e da saúde, de acordo com a orientação neoliberal, beneficiando-se a expansão do capitalismo. Entendemos que a democracia é, ao mesmo tempo, uma necessidade e um limite para o processo histórico emancipador e não promulgadora da “ideologia colonialista”, que segrega conteúdos nada compatíveis com as objetivações genéricas para si.³

¹ Os dados foram extraídos dos artigos de GODOY, Norton. Se todos fossem iguais a você e Ciência ou pecado. *Revista IstoÉ*, n.1431, p.82-87. 1997

² O livro de VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, ampliam essas considerações.

³ Leitura ilustrativa sobre o assunto: HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977, especialmente quarta parte.

Falamos de uma contemporaneidade que, ao negar categorias como indivíduo, classe sociais e movimentos sociais, legitima-se ao falar em pessoas cuja identidade pouca importa. Porque nos é dada a referência pela diferença. Diferença entre mulheres, homossexuais, sem-terra, sem-teto, sem-educação, sem-saúde, enfim, os oprimidos: os SEM. Em contrapartida temos os COM. Com que significa com poder aquisitivo para o consumo.

Contemporaneidade que, no campo da economia, trata as transformações na organização técnica, social e política como um "turbocapitalismo" em que prevalecem os oligopólios e a competição desenfreada, ditada por um modelo de globalização que busca a unidade nas diferenças étnicas, despejando os indivíduos num turbilhão de desintegração e sofrimento.

Contemporaneidade que alastra, sim, o sofrimento. Não se trata daquele discutido por Marx como criador de valor ativo, inerente ao homem como ser objetivo e apaixonado. Sofrimento, para Marx, significa sentir-se o que se experimenta com paixão. Paixão entendida como força essencial do homem, concentrada sobre seu objeto. A relação sofrimento-sentimento-paixão deveria, pelo menos em tese, significar uma unidade dialética ativa "*de sua essência total como um homem total*" e não de uma maneira utilitária que empobrece os sentidos humanos. O que experimentamos, na verdade, é outro tipo de sofrimento que "*corrói o sistema de resistência social. Age rompendo o nexo entre o agir, o pensar e o sentir. O processo que usa é a supressão da emoção por senti-la suspeita e por não saber transformá-la em pensamento e ação, bem como a anulação do pensar na atividade, por considerar seu trabalho uma ação entre coisas que independem entre si. As condições favorecedoras de sua disseminação são a miséria, a heteronomia, o medo. Sua forma de contágio, o isolamento social. A seqüela que deixa é a passividade, o alcoolismo e o fatalismo, a vergonha e o medo*" (Sawaia, 1995, p.50), enfim a servidão voluntária.

E aqui, não sem nostalgia, devemos retomar La Boétie, em seu *Discurso da Servidão Voluntária*, quando diz que "*não importa quem és e quais são, aqui na terra, a tua posição e tuas opiniões pessoais, pois, embora habitual e proverbialmente falando, nem todos os irmãos são parentes: o fato, que neste mundo, malgrado a distribuição tão estranha dos títulos – calúnias, das condecorações e detenções, dos privilégios e proibições, das riquezas e da*

miséria, é preciso reconhecer, apesar de tudo, que, tomados em conjunto (in globo), somos todos irmãos" (1982, p.69). Mesmo nessa irmandade filogenética, de que contemporaneidade falamos, se as forças produtivas não servem mais como parâmetro de análise da continuidade histórica?

Nossa mesma contemporaneidade fala de uma reengenharia que nos dá suporte ao crescimento como única saída. Entretanto, preciso perguntar quem cresce? Quem cresce são as empresas, não o indivíduo. O próprio pai da administração moderna, Peter Drücker, alerta que, quando qualquer organização se expande, seja ela biológica ou social, o primeiro que se faz é pegar o "machado" e sair retalhando tudo. E o que significa "tudo"? "Tudo" significa o corte das despesas. E quem é "tudo"? São os quadros de funcionários reduzidos e, como decorrência da lógica formal, um enorme exército de desempregados para exercer a cidadania.

Falamos de uma contemporaneidade que, orquestrada pela propaganda dos meios de comunicação de massa, aponta para um novo modelo gerencial ao apresentar um símbolo de produtividade e de controle de qualidade total que representa uma nova pedagogia do capital que visa a não perder eficiência tal como determinam os parâmetros da concorrência intercapitalista. De todo modo, o mundo contemporâneo apregoa que salvando-se o mercado salva-se a humanidade. E mais, dessa vitória dependerá a virtude contemporânea que irá satisfazer a **única** necessidade do ser humano, qual seja, consumir. Digamos, consumir-se cada vez mais numa guerra de cooptação e impunidade. É nesse contexto sócio-histórico que o Brasil se insere, marcado por profundas contradições porque assenta-se em desigualdades sociais, implementando os bolsões de miséria para exercer a cidadania.

Há também a destruição criativa estabelecida entre os superqualificados e superdesqualificados que alargam o abismo social, econômico e cultural na efemeridade das relações em prol da eletrônica; há o fluxo de miseráveis nas ruas; há o caótico dos grupos de drogas, de bicheiros, dos meninos de rua, dos justiceiros, sem falar na efemeridade da moda, dos produtos, dos processos de trabalho, dos valores morais esvaziados. Mas, há também o culto à sua própria

virtude, qual seja, a instantaneidade dos descartáveis, isto quer dizer: pessoas e objetos. Objetos e pessoas que coexistem, colidem e interpenetram-se no cotidiano. Perfila-se, com **naturalidade** a cultura do controle.⁴

Estamos também falando de um mundo acadêmico que, ao referendar um saber positivista, tecnocrático e burocrata, garante e sintetiza a “República de Sade” Ao equalizar o procedimento do controle dominador e manipulador, dissemina com suas práticas um fazer educativo cuja base assenta-se num individualismo possessivo, muitas vezes em nome da democracia participativa. Nega, desse modo, o processo histórico da civilização e da ciência, ao reforçar o “controle aversivo” em suas relações de dominação. Acelera em suas práticas a fetichização do saber acadêmico porque tenta liquidar com todas as vinculações sociais entre indivíduos. Afinal, presenciamos e vivemos em nossa microacademia a crueldade permanente cotidiana. Mas temos consciência que esses “opúsculos políticos”, somados às suas próprias ambigüidades e contradições, fazem parte da própria política, fazem parte daqueles que iniciam o exercício da república alienada e alienante. O que resulta dessa constatação impiedosa e racional, segundo os padrões típicos do individualismo possessivo é a igualdade e reciprocidade da opressão, permanente e cotidiana. Legitima-se que uns podem oprimir mais que os outros, porque detêm o poder. Essas são práticas que alastram o “*horror infelizmente necessário*” e “*jamais criminoso*” que reside na garantia da própria dominação individual. Sua contra-face? A instalação de uma opressão generalizada, porque, na “República de Sade”, a crueldade é apenas o terror como princípio da coesão social; é a possibilidade concreta contida na concepção liberal, donde “*a tendência do liberalismo a transformar-se em fascismo*” (Horkheimer & Adorno, 1971).

Nossa contemporaneidade fala, enfim, da democracia a partir do descentramento de ações e práticas elegendo a intimidade, o privado, como domínio público. Assim, nossa contemporaneidade é perpassada pela ideologia do refugiado. Porque o sentimento de confiança no outro foi traído pela perda, pelo medo, pela vacuidade, pelo fechamento narcíseo que mobiliza as relações

⁴ Sobre esse assunto, leitura obrigatória: SENETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da Intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

sociais, assumindo, desse modo, seu caráter destrutivo expresso em síndromes. Nesse contexto de eus fragmentados, despojados de si pelo estranhamento, usar a "máscara" garante a essencialidade revelada na e pela cultura contemporânea.

Todavia, há um sentido antigo que conecta uma raiz etimológica comum ao apontar que a civilidade observa-se entre cidadãos no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e no desempenho de seus deveres para com o cidadão. A cidade é a geografia, o local que institucionaliza a civilidade onde a proposta mais significativa de cidadão é que todos sejam iguais ainda que perante a lei. Situação essa exposta na Carta de Direitos de 1948 da Organização das Nações Unidas, que tem suas bases nas Cartas de Direito dos Estados Unidos e da Revolução Francesa⁵. Direitos iguais entre oprimidos e opressores, portanto entre os SEM e os COM.

A civilidade, tal como tentamos distingui-la, é ter o direito de reivindicar, é ter direito à apropriação de espaços, e, portanto, depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito com pleno direito de reivindicar. É, também, pugna para fazer valer os direitos do cidadão que nada mais são que o direito à própria vida. Ao mesmo tempo e, em contraponto, presenciemos a incivilidade. Incivilidade expressa por autobiografias liberais que apontam para cada detalhe de hábitos sexuais e pessoais de seus agentes, que muitas vezes, corporificam-se em líderes carismáticos, a sedução perversa contra aqueles que representam. Também presenciemos o abandono da solidariedade de classe em favor de imagens coletivas baseadas em etnias; presenciemos a negação da igualdade por exclusão, aliada à rejeição daqueles que pertencem a outros círculos; presenciemos o encorajamento à violência, à tirania e ao despotismo. Barbárie não é homogeneização. Barbárie é heteronomia dos valores sociais, porque desorienta e desampara face a normas e regras opacas.

Duarte, analisando o processo de homogeneização, tendo por base as reflexões de Heller (1977), numa passagem analítica destaca que a homogeneização é *"a elevação acima da heterogeneidade da vida e do pensamento cotidianos, é uma exigência da própria reprodução das esferas de objetivação genéricas para si (...)* assim, a homogeneização impõe-se no processo

⁵ Vide Buffa et alli, "Educação e Cidadania", São Paulo: Cortez, 1987

educativo escolar, antes de mais nada, pelo fato de que as esferas não cotidianas da prática precisam que os indivíduos mantenham com ela uma relação homogênea".(1996, p.63 e 65). É com esse sentido que a homogeneização impele, instiga a relação consciente entre indivíduos para os valores contidos na genericidade.

Para nós, neste contexto, uma possível contribuição científica tem como enfoque orientador de seu percurso a conscientização dos indivíduos com relação aos fatos presentes na sociedade. A ciência não é simplesmente a investigação dos fatos, nem a correlação entre eles. Levamos em conta a totalidade (categoria que necessariamente deve ser revista) subjaz a eleição consciente de valores que promovam o ser em-si. Os valores " *não são abstrações; são dimensões reais e necessárias das relações humanas*" (González, 1995, p.104), e, portanto, fazem parte do sentido pessoal da vida das pessoas, isto porque " *o psicossocial é eminentemente ético*" (Lane, 1996).

Para nós, esta dimensão é também eminentemente ontológica, porque busca captar e integrar na história duas faces da mesma moeda: o social e o individual, a mente e o corpo, a razão e a emoção, o pensamento e a ação, numa macro-categoria que é a subjetividade.

Essa dimensão ético-ontológica busca explicitar o desfetiche no cognitivo e no afetivo, nos valores em-si, numa sociedade sócio-histórica dinâmica, com a finalidade incessante de prover o crescimento do ser humano.

Mas é preciso levarmos em conta que o mundo contemporâneo é idiossincrático e que o conhecimento limita-se pela ideologia que apregoa. Assim sendo, podemos inferir que nosso "adversário" pode também possuir uma parte da razão. No binômio ciência-ideologias compreendemos que, entre estas oposições e proposições, muitas vezes divergentes, pode haver um suporte de identidade. Esta poderia situar-se na promoção do gênero humano numa aceitação ativa, num processo complexo e de confronto visando a humanização do homem.

Por que não pelo refinamento de suas faculdades singulares no "salto"⁶ ontológico para os valores contidos na genericidade, visando o reconhecimento da igualdade humana, em seus direitos para exercer a cidadania?

⁶ Categoria luckacsiana.

Para cumprir-se tal objetivação, é preciso que desenvolvamos a virtude contemporânea da tolerância, como nos alerta Gianotti (1994, p.239-46)⁷ Ora, virtude é sagacidade, é esse dispositivo que adquirimos ao "experimentarmos" os valores para-si e "vivenciarmos" os valores do em-si ao lidar com juízos de valores de nosso tempo.⁸ Isto porque o mundo contemporâneo contém várias formas de moralidade que perpassam o cotidiano.

Podemos observar, sem sombra de dúvida, que o imperativo categórico que deveria reger uma norma moral, igualmente para todos, não é mais categórico. A máxima "não matarás" que deveria equivaler a "não massacrarás", transformou-se em imperativo hipotético. Porque vai depender da referência do grupo que executa o imperativo. Desse modo, os imperativos morais colocam-nos nesse limite que vai expressar a ótica normativa de quem o executa. Assim sendo, a heteronomia ética expressa pelas várias práticas de moralidade que permeiam nossa sociedade tornam-se moralidade e exercício da cidadania exercitada de maneira unilateral, aplicada a ferro e fogo para o extermínio no exercício da cidadania. As práticas policiais legitimam os imperativos hipotéticos em nosso país. Eis a barbárie ao negar-se o direito à vida. E é preciso desenvolvermos a tolerância, é fundamental que desenvolvamos a tolerância social e pedagógica.

E por que não a tolerância científica daqueles que imaginam, por ortodoxia, serem os proprietários da única verdade? Eleger a tolerância como virtude contemporânea contributiva da ciência, implica acreditar-se na possibilidade de um trabalho coletivo, grupal, deixando-se de lado o fanatismo, o preconceito, a ortodoxia, em benefício da diversificação do conhecimento, buscando, assim, livrar-nos da dominação de uma só perspectiva cognitiva e suas restrições. Não se trata de ecletismo. E, com esse sentido, é preciso lembrar que a pluralidade ética representa a possibilidade de vivermos para finalidades múltiplas, para vários sentidos de uma vida calcada nas diferenças entre a ordem de valores. É admitir para si e para o outro um respeito universal pelas diferentes ordens valorativas⁹

⁷ Gianotti, J. A. Moralidade Pública e Moralidade Privada. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 239-46.

⁸ Adotamos a diferenciação entre experiência e vivência tal como propõe W. Benjamin.

⁹ O artigo de Levy.N. "Uma reinvenção da ética socilaista" In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p.163-90 desenvolve esta problemática.

É preciso acrescentar ainda que, mesmo dentro dessa concepção, há possibilidade de escolha. Escolha entre alternativas possíveis, todavia autodeterminada. Por que não autodeterminada pela escolha de valores que, contidos no gênero humano, possam garantir a indissolubilidade entre o agir, o pensar e o sentir? Afinal, no plural ético não podemos resgatar as relações sociais perdidas, injetando-lhes transparência, garantida pelo critério universal de tolerância? Na lembrança, como diz Heller, é possível firmar-se o desenvolvimento genérico negando uma estrutura social dada.

De qualquer ângulo, o conteúdo axiológico, a eleição valorativa, é um dos aspectos essenciais da ciência. O nosso ponto de convergência poderia centrar-se na propagação e exercício da cidadania com o outro: no cotidiano, no corpo-a-corpo, no "contrapelo" ao exercitarmos o trabalho-objetivado; a socialidade-histórica; a universalidade-ética; a consciência de que, no interior do próprio gênero humano, nas relações sociais em que o processo ocorre; na liberdade.– para sermos iguais nos direitos e deveres ainda que perante a lei, e, portanto, sermos cidadãos.

Finalmente, de que democracia falamos? Falamos daquela democracia social tal qual proposta por Netto (1990, p.86) – como um valor instrumental estratégico, que antecipa um modo de comportamento social genérico que, no desenvolvimento do processo, através de rupturas sucessivas, tenderá, pela práxis intencional, a permear todas as instâncias da vida social. E, não poderíamos deixar de revisitar Marx e Engels na "6a. Tese sobre Feuerbach" quando afirmam que a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua "realidade é o conjunto das relações sociais" (1972, p.667) Desse modo, o que existe é a possibilidade, é o esforço continuado do exercício da práxis intencional, sem espontaneidade. Não nos esqueçamos de que a reificação também é contraditória: coexistem a apatia e a inquietude e, portanto, a possibilidade do "salto" onde os pólos opostos complementam-se.

Concluindo, o que gostaríamos de ter deixado claro, aqui, é que o papel a ser desempenhado pelas ciências sociais poderia ser a gestação de uma nova consciência social através de uma práxis intencional, consciente, porque reflexiva, explicativa, crítica. Isto significa considerar que a apropriação dessa modernidade e pós-modernidade que experimentamos consubstancia-se na contemporaneidade.

Essa postura, absolutamente, não é o empobrecimento de nossa essência mas a sua realização, sua efetivação, na medida em que os conflitos vivenciados entre a subjetividade e o caráter moral e a sociedade que os encarna, ganham outro patamar. Porque essa se impõe com um sentido pessoal contra-ideológico, pois nasceu e se transformou enquanto alheamento da própria realidade em que foi forjada.

Na verdade, em nossa contemporaneidade há pontos divergentes e convergentes do mesmo processo, que se expressam na unidade entre macro e micro, cujo ponto de interseção dialético poderia ser a relação entre subjetividade e objetividade; opacidade e transparência; monismo e pluralismo; autonomia e massificação; justiça e opressão; consciência e inconsciência; passividade e atividade, oposições que nada mais sintetizam que o processo de formação de identidades.

Fazer renascer com consciência a sociabilidade, a vontade, o desejo humano-social de aspirar a igualdade concretizada na transição da democracia-social no e pelo exercício da cidadania, pode representar um exercício de emancipação. A escolha consciente no heterogêneo, no heterônomo-ético, representa transcendê-la pela ética, pela episteme e pela razão e com paixão. Este, entre outros, torna-se um compromisso ético-político imperativo com o mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOËTIE, E. de La. *A servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUFFA, E. et alli. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?*, 4.ed., São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da Nossa Época, 19)
- DUARTE, N. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. Campinas: Autores Associados. 1996. (Polêmicas de Nosso Tempo, 55)
- GIANOTTI, J. A. *Moralidade Pública e Moralidade Privada*. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. 3.ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- GODOY, N. Se todos fossem iguais a você e Ciência ou Pecado. *Revista IstoÉ*. São Paulo, n.1431, p 82-85, 1997

- GONZÁLEZ, F. *Psicologia de la personalidad*. La Habana, Pueblo y Educación, 1985.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977
- HORKHEIMER, M. & ADORNO. *Dialéctica del iluminismo*. Buenos Aires, 1971
- LANE, S. T. L. A Mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, S. e SAWAIA, B. (Org.) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense-EDUC, 1995.
- LEVY, N. Uma reinvenção da ética socialista. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MARX, K. & ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1972.
- NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- SAWAIA, B. B. Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, S. e Sawaiia, B. (Org.) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense-EDUC, 1994.
- SENETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Abstract: The most recent paradigm of Social Sciences states the necessity of a permanent learning turned to the awakening of the analytical and critical capacity as well the redemption of the citizenship. The basis of this is the socio-historical transformations which we have observed. Thus, the educational work becomes the main character in an equal and emancipated society. This is one of the political commitment of its agents through the exercise of the intentional praxis. The present paper proposes that the one of ways which can exceed the alienation of the human activity is the self-conscious and objective human activity through the process, seeking the promotion of the values that exist in the humankind.

Keywords: Contemporaneity; Consciousness; Ethical values; Intentional praxis; Tolerance.

(Recebido para publicação em 22 de janeiro de 1998.)